

Da avenida ao Parlamento

8861 09V 21
12 AGO 1988

ESTADO DE SÃO PAULO
RUY NUNES



Há alguns dias assisti a um rápido assalto feito por um trombadão. Um senhor, modestamente vestido, caminhava pela calçada do Cine Metro. O meliante chegou ligeiro por trás, deu um

cdlgo na vítima, tomou-lhe a carteira, e atravessou correndo a avenida, seguido por um comparsa, um rapazinho franzino que empunhava um revólver. O balconista que me atendia observou ser freqüente a ocorrência desse crime na região, que nem por isso parece estar policiada. Nenhum policial fardado estava à vista e, se havia algum à paisana, o seu disfarce era tão perfeito que ele se tornara invisível.

Cito esse episódio corriqueiro da cidade grande, porque ele me parece um retratinho do Brasil contemporâneo, com o cenário montado pelo malandro impune, pela vítima sofrida e resignada à força, e pelos secretíssimos mantenedores da lei num espaço reconhecidamente restrito e perigoso. Sem ligação aparente, esse episódio me pareceu profundamente solidário da notícia veiculada à noite desse mesmo dia pela televisão. Num espetáculo melancólico, o colendo presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, registrava a ausência dos constituintes para a votação do segundo turno, e prometia aos alados representantes do povo quatro dias para os seus negócios particulares em troca de três para uma maratona cívica. Proposta tentadora para os deputados gazeteiros. Para nós todos, cidadãos, isso não é motivo de risada nem de desespero. Tal como a vítima do assaltan-

te, resta aos brasileiros e aos eleitores, por enquanto, a resignação forçada diante da vadiagem habitual de certos constituintes.

Esse espetáculo do plenário da Câmara dos Deputados, semi-deserta, e da fala plangente de Ulysses, liga-se, por sua vez, à notícia, publicada pelo Jornal do Brasil, sobre os expedientes usados por deputados que se proclamam evangélicos, mas que deveriam adotar outra denominação por respeito ao Livro Sagrado. Segundo a chamada da primeira página, e a ampla reportagem no Caderno B/Especial (domingo, 7/8/88), "como se fosse uma banca partidária, boa parte do grupo dos constituintes evangélicos fez da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens para suas igrejas e muitas vezes para eles próprios. Só de verbas federais, eles já conseguiram cerca de Cz\$ 300 milhões desde que a Constituinte entrou em sua fase decisiva, sem contar pedidos no total de mais de Cz\$ 200 milhões ainda em tramitação e outras milionárias dotações obtidas no âmbito regional".

A emenda dos cinco anos do mandato para José Sarney valeu ao deputado paranaense Matheus Iensen, do PMDB e da Assembléia de Deus, uma concessão de rádio, mas o seu confrade evangélico, o deputado estadual José Felinto, com quem fez dobradinha nas eleições de 1986, acusa-o de haver colocado a concessão da rádio em nome de um de seus filhos, quando a emissora deveria caber apenas à igreja. Felinto também denunciou ao Jornal do Brasil a oferta de suborno que lhe foi feita pelo filho de Matheus, João Iensen, com o fito de apaziguá-lo. João teria oferecido ao deputado estadual, em nome do pai, uma emissora de rádio em Arapuá, e mais a participação de 10% na futura composição acionária de

um canal de televisão (Canal 2), que ele estava adquirindo em Curitiba em sociedade com Silvío Santos.

Parece que a denúncia feita pelo Jornal do Brasil não ficará como o João que clamava no deserto. O brasileiro frustrado e agoniado com a elevação absurda dos preços, escorçado por impostos e taxas de um fisco insaciável, aturdido pela violência econômica que abala a Nação, descobre, estarrecido, que o dinheiro público, fruto do seu sacrifício, vai parar nos bolsos de trampolneiros que acomodam maravilhosamente a própria família em nome dos Profetas.

O trombadão da avenida, se não desaparecer de repente em virtude da carreira que abraçou, ainda pode vir a ser resgatado para a sociedade, se tiver a dita de ingressar num prestígio modelar onde aprenderá, com seus colegas, a apreciar o trabalho honesto e produtivo. Mas dos outros, desses outros que sugam a Nação sem dó nem piedade, quem poderá livrar o povo brasileiro?

Um leitor otimista do Jornal da Tarde (9/8/88) escreve em carta à redação, depois de protestar contra os grandes aproveitadores da crise econômica, os banqueiros, que, se não abaxarmos a inflação e incrementarmos o poder de compra da classe média, ficaremos subdesenvolvidos até, pelo menos, 2.300 anos após Cristo. Mas, com gente do quilate dos constituintes gazeteiros e dos deputados evangélicos da laia denunciada, chegaremos a algum tipo de regime democrático autêntico em 2500 d.C., no milênio do descobrimento do Brasil, ou os brasileiros do futuro avistarão uma nave Enterprise a circular pelo espaço, a distribuir os deputados pelas Luas dos seus currais eleitorais, a tempo e a contratempo?

Ruy Nunes é professor da Universidade de São Paulo.